

PROCESSOS DE EDUCAÇÃO POPULAR DAS JUVENTUDES NEGRAS E PERIFÉRICAS: significados e contribuições da Rede Emancipa de cursinhos populares em Belém – Pará

Lúcia Isabel da Conceição Silva¹
Paula Maíra Alves Cordeiro²
Jorge Martins Evangelista Júnior³

Resumo: O debate sobre as juventudes negras e periféricas vem se impondo no cenário acadêmico e político, com variado número de produções sobre violências diversas, racismos, exclusões e desigualdades, e sobre processos de organização, de arte, cultura e outros gestados por jovens, como estratégias importantes de viver as periferias, denunciar e lutar por direitos. Compreender estes processos é fundamental para pensar o papel dos jovens no enfrentamento de desigualdades e opressões estruturais, cidadania e defesa da democracia. Este artigo visa contribuir com o debate analisando o significado dos cursinhos populares como uma proposta de educação popular e organização política das/com as juventudes, assumindo a luta pelo direito à educação e suas relações com as lutas por outros direitos. A metodologia é um estudo de caso da Rede Emancipa Belém de Educação Popular, um projeto de extensão UFPA articulado à Rede Nacional Emancipa. O projeto atua com sete unidades em bairros periféricos, envolvendo, aproximadamente 100 estudantes de graduação e 400 jovens que se preparam para o Enem. Discutem-se os princípios e estratégias da proposta com base no pensamento freireano e as percepções dos jovens envolvidos/as sobre suas condições de vida, direitos e expectativas e o papel do cursinho. Os dados são oriundos de documentos, rodas de conversas, formulários aplicados e observação participante. Os resultados mostram a vulnerabilidade dos jovens, suas expectativas sobre a educação e sua contribuição e sentidos de oportunidade e inserção social. Conclui-se que as estratégias do projeto têm importância na construção da consciência coletiva e politização das desigualdades e violações e também na construção de sentidos de luta e de valores coletivos da liberdade, solidariedade, mobilização, igualdade, direito, justiça social etc., demonstrando o potencial do trabalho na formação política das juventudes.

Palavras-chave: Educação Popular. Cursinhos Populares. Direito à Educação. Juventude.

POPULAR EDUCATION PROCESSES OF BLACK AND PERIPHERAL YOUTH: meanings and contributions of the Emancipa Network of popular courses in Belém – Pará

Abstract: The debate on black and peripheral youth has been imposing itself in the academic and political scene, with a varied number of productions on various types of violence, racism, exclusion and inequalities, and on processes of organization, art, culture and others generated by young people, as strategies of living in the peripheries, denouncing and fighting for rights. Understanding these processes is essential to think about the role of young people in facing structural inequalities and oppression, citizenship and defense of democracy. This article aims to contribute to the debate by analyzing the

¹Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Líder do Grupo de Estudos da Juventude - GEPJUV. E-mail: luciaisabel@ufpa.br

²Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Pará. Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude - GEPJUV. Coordenadora Nacional da Rede Emancipa e Educadora Popular. E-mail: paulamaira16@gmail.com

³Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará, Coordenador Nacional da Rede Emancipa e Educador Popular. E-mail: jorgemartinsej@gmail.com

meaning of popular courses as a proposal for popular education and political organization of/with youth, assuming the struggle for the right to education and its relationship with the struggle for other rights. The methodology is a case study of “Rede Emancipa Belém de Educação Popular”, a extension project linked to the Rede Nacional Emancipa. The project works with seven units in peripheral neighborhoods, involving approximately 100 undergraduate students and 400 young people preparing for Enem. The proposal's principles and strategies are discussed based on Freire's thinking and the perceptions of the young people involved about their living conditions, rights and expectations and the role of the course. Data come from documents, conversation circles, applied forms and participant observation. The results show the vulnerability of young people, their expectations about education and their contribution and sense of opportunity and social inclusion. It is concluded that the project's strategies are important in the construction of collective awareness and politicization of inequalities and violations and also in the construction of meanings of struggle and collective values of freedom, solidarity, mobilization, equality, law, social justice, etc., demonstrating the potential of work in the political formation of youth.

Keywords: Popular Education. Popular Courses, Right to Education; Youth.

PROCESOS DE EDUCACIÓN POPULAR DE JÓVENES NEGROS Y PERIFÉRICOS: significados y aportes de la Red Emancipa de cursos populares en Belém – Pará

Resumen: El debate sobre la juventud negra y periférica se viene imponiendo en el escenario académico y político, con un variado número de producciones sobre diversos tipos de violencia, racismo, exclusión y desigualdades, y sobre procesos de organización, arte, cultura y otros generados por los jóvenes, como estrategias de vivir en las periferias, denunciando y luchando por los derechos. Comprender estos procesos es fundamental para pensar en el papel de los jóvenes frente a las desigualdades estructurales y la opresión, la ciudadanía y la defensa de la democracia. Este artículo pretende contribuir al debate analizando el significado de los cursos populares como propuesta de educación popular y organización política de / con la juventud, asumiendo la lucha por el derecho a la educación y su relación con la lucha por otros derechos. La metodología es un estudio de caso de la Rede Emancipa Belém de Educação Popular, un proyecto de extensión de la UFPA vinculado a la Rede Nacional Emancipa. El proyecto trabaja con siete unidades en barrios periféricos, involucrando aproximadamente a 100 estudiantes de pregrado y 400 jóvenes que se preparan para Enem. Los principios y estrategias de la propuesta se discuten a partir del pensamiento de Freire y las percepciones de los jóvenes involucrados sobre sus condiciones de vida, derechos y expectativas y el rol del curso. Los datos provienen de documentos, círculos de conversación, formularios aplicados y observación participante. Los resultados muestran la vulnerabilidad de los jóvenes, sus expectativas sobre la educación y su contribución y sentido de oportunidad e inclusión social. Se concluye que las estrategias del proyecto son importantes en la construcción de la conciencia colectiva y politización de las desigualdades y violaciones y también en la construcción de significados de lucha y valores colectivos de libertad, solidaridad, movilización, igualdad, derecho, justicia social, etc. ., demostrando el potencial del trabajo en la formación política de la juventud.

Palavras-claves: Educación Popular. Cursos Populares. Derecho a la Educación. Juventud.

Introdução

O debate sobre as juventudes negras e periféricas vem se impondo no cenário acadêmico, social e político. Dispõe-se de um variado número de produções sobre violências diversas, racismos, exclusões e desigualdades, e também sobre processos de organização, de arte, cultura, participação política e outros, gestados por jovens, como estratégias importantes de viver as periferias, denunciar violências, expressar demandas e lutar por direitos. Compreender estes processos é fundamental para pensar o papel das ações coletivas de jovens no enfrentamento de desigualdades e opressões estruturais, cidadania e defesa da democracia.

Este artigo visa contribuir com o debate analisando o significado dos cursinhos populares como uma proposta de educação popular e organização política das/com as juventudes, assumindo a luta pelo acesso à educação e suas relações com as lutas por outros direitos. Busca-se, em especial, discutir as estratégias da Rede Emancipa de educação popular (Belém – Pará) e compreender como estas se constroem como processos coletivos de educação e formação política, de conscientização, politização e ampliação das compreensões das juventudes sobre suas realidades e seu papel nas lutas pelo enfrentamento das desigualdades e violações de direitos vivenciadas, entendendo que tais violações são intrinsecamente relacionadas a processos estruturais de vulnerabilidades de alguns grupos populacionais e que são atravessadas por diversos fatores, dentre os quais pobreza, cor /raça, origem geográfica e fatores geracionais, que determinam grupos mais excluídos de direitos e mais expostos a violências.

Parte-se do pressuposto de que, neste emaranhado de fatores, as juventudes negras e pobres aparecem como as mais vulnerabilizadas numa demonstração do racismo estrutural que organiza as relações e posições dos sujeitos neste país. Neste cenário, os dados sobre acesso à educação são sugestivos da desigualdade: ainda que, desde a última década tenhamos um acréscimo significativo de pessoas negras no ensino superior, estes constituem apenas 18% da população, enquanto os brancos são 36% neste nível de ensino.

Os dados mostram ainda que 53% dos e das jovens negras entre 18 e 24 anos ainda cursam o Ensino Fundamental ou Médio, enquanto que esta taxa entre os brancos é de apenas 29%, o que demonstra que as juventudes pobres e negras são as mais “atrasadas” em termos educacionais. Concorrem para estas taxas os altos índices de evasão escolar, de repetência, a

expectativa reduzida em cursar apenas o ensino médio e entrar no mundo do trabalho ou a este se dedicar integralmente e ainda, as condições precárias das famílias, que afeta 73,5% das famílias negras e a segregação racial no mercado de trabalho, onde negros e negras ocupam os postos mais precários e de menor remuneração, como setor da construção civil e trabalho doméstico (Síntese de Indicadores Sociais – IBGE. 2020).

A questão da raça e classe social e o acesso à educação, são fatores importantes para pensar o desenvolvimento das novas gerações e até, da proteção de suas vidas. Dados recentes mostram, por exemplo, que 77,0% dos jovens assassinados nos últimos anos no Brasil, são negros, sendo 93,30% do sexo masculino. Ao lado disso, vê-se que um jovem com sete anos de estudo tem 16,9 vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que um jovem com nível superior e; pretos e pardos tem 147% de chances maiores de morrer por morte violenta do que brancos (CERQUEIRA et al. 2018). Estes dados podem supor que os/as jovens reconhecem essa importância quando apontam o direito à educação, em primeiro lugar na lista apresentada quando perguntados sobre os direitos não garantidos; da mesma forma, Educação de qualidade e acesso à informação aparecem em primeiro lugar como alternativas para enfrentar violações (SILVA; HAGE, 2017).

O debate das questões da educação para as juventudes negras e pobres parece reunir um aparente paradoxo. Por um lado, dispomos de dados que nos dizem da escola como um contexto pouco acolhedor para a juventude negra. São os que mais abandonam a escola, os de maior distorção idade/série, de trajetória escolar mais acidentada, com histórico sucessivo de reprovações (IBGE, 2016; NUNES et. al., 2014a; 2014b). Ademais, no contexto atual de agudização da violência, a violência no contexto da escola também se acirra, aumentando situações de violência entre os pares ou com profissionais da educação e a sensação de ameaça e medo reinante em ambos. Ou seja, de um contexto “classicamente” protetor, a escola passa a ser contexto de insegurança e conflitos.

Por outro lado, questão importante é perceber a importância da escola na inclusão social das novas gerações, sobretudo as pobres, que em sua maioria são negras/os e moradores/as das periferias. A educação tem efeito protetivo e facilitador do acesso a outros direitos, seja por possibilitar maior capital cultural, maior chance de acesso ao trabalho e renda ou a relação entre a escolaridade e a chance de ser vítima de homicídio, como já colocado. Além disso, estudos

anteriores já demonstraram o lugar de destaque da escola na agenda de sociabilidade dos jovens mais pobres.

Estudo de Silva e Risuenho (2006), mostrou a reduzida agenda e acesso a bens culturais desses jovens, como por exemplo, a frequência de apenas 10% dos jovens pesquisados a teatros ou shows, sendo esta proporcionada pela mediação da escola (visitas agendadas pela escola, por exemplo). As autoras concluem que aos jovens pobres em geral são reduzidas ou negadas as possibilidades de escolha, as oportunidades e perspectivas de construção de projetos de futuro, os instrumentos de luta pela melhoria da qualidade de vida, numa forma de reprodução da exclusão. Por outro lado, os e as jovens também reivindicam a escola como possibilidade de enriquecimento da experiência no presente ao mesmo tempo em que depositam expectativas de construção de futuro de mais inclusão (SAVEGNAGO; CASTRO, 2020). A importância deste contexto aumenta quando, no caso dos sujeitos aqui referenciados, a violência das ruas, o tráfico de drogas ou o crime organizado, acaba disputando este papel com a educação.

Em vista dessa importância, para além da exigibilidade do acesso à educação como direito humano, coloca-se a sua importância como fator de proteção ao desenvolvimento das novas gerações. Cabe dizer que as cotas, como fruto das lutas dos movimentos negros, tem representado um avanço concreto nestes dados, avanço que precisa ser mantido, aperfeiçoado pra atender demandas jurídicas, socioeconômicas e culturais, demandas de cidadania e em favor da democratização racial deste país e ainda, porque são elas que estão contribuindo pra mudar o perfil dos/as estudantes nas universidades públicas brasileiras e com isso, mudar a cara da universidade, tornando-a um pouco menos excludente e elitista. Resta dizer ainda, que esta luta é também por recursos, e neste aspecto a defesa das cotas se junta à defesa do direito à educação pública de qualidade como um todo e na defesa da universidade pública, hoje atacada em sua autonomia e em seu fazer ensino – pesquisa e extensão, alvo de ataques ideológicos e de cortes brutais de recursos.

Sabe-se que ainda assim, mesmo com as políticas de cotas, os jovens mais pobres dentre os pobres, negros e negras, oriundos das escolas públicas ainda encontram dificuldades de acesso por serem oriundos desta escola pública não priorizada pelos governos e não terem condições financeiras de frequentar cursos de preparação suplementar – os cursinhos preparatórios para os processos seletivos.

Nesse sentido, são necessárias ações que visem ampliar o acesso de jovens e adultos provenientes de classes sociais de baixa renda à educação pública superior, de forma a pensar a educação como direito humano e como pensar educação como instrumento de emancipação de sujeitos e de democratização da sociedade, já que é base para acesso a outros direitos, conforme já referido e é nesse contexto que se colocam as propostas dos cursinhos populares de preparação ao acesso as universidades, dentre os quais, os da Rede Emancipa da qual trataremos aqui.

Educação popular em direitos humanos: a experiência da Rede Emancipa Belém e Ananindeua

O movimento social de educação popular intitulado como Rede Emancipa, está presente em mais de 10 estados do Brasil e que se coloca como objetivo contribuir para diminuir as distâncias entre as classes subalternas e a universidade brasileira, por meio de uma proposta ampla de educação e mobilização de estratégias de luta pelo direito à educação nas periferias e com suas populações. Ele se constrói a partir de trabalho voluntário e militante e acontece por meio da oferta de turmas de cursinhos populares pré-universitários para que milhares de jovens das periferias possam ingressar nas universidades, compartilhar e se apropriar do conhecimento aí desenvolvido e transformá-lo, dentro e fora do ambiente universitário.

A Rede Emancipa Belém assume os mesmos objetivos de luta pelo direito à educação da Rede Nacional à qual se integra, atuando há pouco mais de uma década. Em Belém, o Emancipa se constrói também como um Programa de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto de Ciências da Educação (Campus Guamá). Atualmente são sete turmas, sendo que duas delas funcionam no Campus da UFPA e as demais em bairros da cidade de Belém e uma ainda, na cidade de Ananindeua. Para as turmas dos bairros, há a parceria com organizações sociais. O programa envolve cerca de 300 estudantes e aproximadamente 100 educadores/as voluntários/as, sendo a maioria, estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação da UFPA e outras universidades. 85% dos envolvidos se declaram pessoas negras e 75% tem até 30 anos de idade.

A práxis cotidiana do Emancipa sob a inspiração do pensamento freireano

A organização das atividades da Rede reúne estratégias abrangentes que incluem ações de formação de educadores e educadoras populares, por meio de cursos, debates e oficinas, além de estratégias de fortalecimento de coletivos e organizações populares e de juventude e ações de incidência política e posicionamentos públicos relacionados à defesa do direito à educação e da democracia e justiça social.

Todas estas ações se integram na estratégia básica da Rede que é a oferta de turmas de cursinhos populares com aulas e debates das disciplinas e componentes curriculares dos programas oficiais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com a intenção de preparar o seu público possa concorrer com maiores possibilidades de sucesso nos referidos processos. Tais propostas assumem os princípios da educação popular de base freireana, cujas origens se acham intimamente ligados à luta por direitos humanos e se fundem no propósito de propor estratégias de formação de sujeitos e subjetividades críticas e comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais, da violação dos direitos em nossa sociedade e da defesa da justiça e da ética.

Nesta perspectiva é que, se destacam as contribuições do pensamento freireano como proposta de uma educação que permite articular os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, quer dizer, que assuma como foco o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Retoma-se, portanto, o debate proposto por Paulo Freire de pensar uma educação com base no diálogo e na conscientização, que não se descola da prática social. Conforme afirma Paulo Freire (1999, p. 19):

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito.

Trata-se, assim, de uma concepção e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais.

Entendida como ato político e militante, a educação freireana torna-se, assim, o próprio sinônimo da prática da educação popular — é justamente este potencial de organização e

formação da classe trabalhadora que lhe confere o adjetivo que se torna seu imperativo. Uma proposta que critica as relações sociais e a educação desumanizadoras subjacentes ao Capitalismo, ao tempo em que exorta os oprimidos à luta contra essa opressão, assumindo a conscientização como um passo fundamental, uma vez que é esta que possibilita compreender a realidade de opressão e, com isso, transformar os sujeitos (FREIRE, 1980).

A noção de Educação Popular traz em si a necessidade de revisão do sentido da própria educação, conforme afirma Brandão, se constituindo como um “domínio de ideias e práticas regidas pela diferença” (BRANDÃO, 2002; 1981. p. 05), no bojo do que se colocam as disputas de poder entre grupos, classes, raças e gênero e é esta explicitação que confere sentido à ação educativa. Desta forma, a Educação Popular compreende todo um conjunto de práticas e experiências junto às classes populares, fábricas, sindicatos, escolas, comunidades de base, universidades e movimentos sociais no campo e na cidade (BRANDÃO, 2002), podendo ser referida tanto como epistemologia, quanto como um verdadeiro movimento político de educadores e educadoras (JARA, 2020). São estes princípios que se busca traduzir na metodologia do Programa Emancipa.

Como prática e espaço de Educação Popular o Emancipa se fundamenta em conceitos interdisciplinares, considerando os sujeitos envolvidos como inseridos em um contexto complexo e dinâmico de conflitos sociais. Neste trabalho, então, conscientização e diálogo assumem lugar de protagonistas, de modo a possibilitar compreender a realidade de opressão e desigualdades e com isso, transformar os sujeitos (FREIRE, 1980), reafirmando o papel da educação popular para o pensar outras lógicas educativas e para a transformação social e pessoal (JARA, 2020).

Isto define a opção para um referencial metodológico que seja capaz de aliar o processo de fazer educação, com foco nos conteúdos da matriz programática do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aliado a um processo formativo e ação emancipadora ou transformadora de sujeitos, práticas e contextos, buscando. Para isto, busca-se articular os diferentes saberes e práticas às dimensões da cultura e dos direitos humanos, num mesmo compromisso de diálogo e fortalecimento de sujeitos “oprimidos” para a transformação social, entendendo com o próprio Paulo Freire que:

não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado,

ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 1970/1986. p. 76).

A proposta toma ainda, o diálogo como fundamento e instrumento por excelência da educação emancipadora, ferramenta de encontro de sujeitos e subjetividades, uma vez que:

Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: palavra. Mas ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos” (FREIRE, 1970 / 1986. p. 89).

Com base nestes pressupostos a metodologia se assenta em quatro dimensões estratégicas e integradas:

1. A **FORMAÇÃO** de conteúdos e formação política dos estudantes interessados em ingressar no Ensino Superior com base na matriz curricular dos processos seletivos (ENEM) e em processos formativos amplos de educação em direitos humanos e para a cidadania;
2. A **FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA** dos estudantes de licenciaturas da UFPA e outras universidades, com base nos mesmos princípios freireanos da Educação Popular, educação em direitos humanos e cidadania;
3. A **MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO** dos sujeitos envolvidos (estudantes em preparação para o ENEM, graduandos, docentes e lideranças sociais dos bairros) de forma a fortalecer processos de organização, compreensão e intervenção nas realidades de forma consciente e crítica;
4. A **PESQUISA**, que neste projeto assume a dimensão de acompanhar/ analisar o processo empreendido na turma e com os egressos, discutindo resultados, formas de inserção na vida universitária e na sociedade e demais fatores relacionados à realização do curso.

Como procedimento complementar e devido às necessidades surgidas, o programa organiza processo de acompanhamento psicossocial aos estudantes por meio de uma equipe de psicólogos/as, assistentes sociais e estudantes de psicologia e Serviço Social, todos/as atuando voluntariamente. As ações se constroem a partir dos seguintes procedimentos ou momentos:

- Divulgação da proposta, via redes sociais e abertura de inscrições para educadores/as populares voluntários que ministrarão as aulas nas turmas (podendo ser estudantes de graduação, pós-graduação ou mesmo profissionais formados);
- Divulgação ampla, via redes sociais, da proposta e abertura de inscrições para

- estudantes que comporão a turma;
- Seleção dos educadores/as populares para atuação nas turmas, que se faz por meio de análise das respostas aos formulários preenchidos e entrevistas em grupo;
 - Seleção dos estudantes que comporão a turma, seguindo o mesmo procedimento de análise das respostas aos formulários preenchidos pelos/as candidatos/as e entrevistas coletivas;
 - Aula Inaugural – que se constitui de um amplo debate público sobre o projeto e seus objetivos, fala de educadores/as, coordenação, depoimentos de egressos, famílias etc.;
 - Atividades de formação continuada para os/as educadores/as populares que atuam nas turmas – que se faz por módulos, com temáticas variadas, leituras e debates da obra de Paulo Freire e demais autores/as da educação popular, para aprofundamento do conhecimento sobre a temática;
 - Realização das aulas nas turmas, que acontecem de agosto a novembro ou dezembro de cada ano (de acordo com a data de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio). Algumas turmas funcionam com aulas diárias e outras apenas aos sábados e domingos;
 - As aulas abrangem todas as disciplinas da matriz do ENEM, além da disciplina “Atualidades”, cujo conteúdo são debates sobre temáticas e questões emergentes e importantes da conjuntura nacional e internacional, sendo os temas escolhidos em conversa entre docentes e estudantes;
 - Rodas de Conversa com os estudantes para avaliação das atividades do curso e debates de temas e questões polêmicas e escuta dos/as estudantes;
 - Acompanhamento, registro e sistematização das atividades para produção de relatórios, publicações e debates com a própria equipe;
 - Aulões interdisciplinares, na qual vários professores/as de disciplinas diferentes e afins se juntam e organizam aulas em diferentes ambientes ou espaços da cidade, como centro histórico, bairros diversos, mercados, museus, parques ambientais ou zoobotânico etc;
 - participação em atividades e eventos acadêmicos, culturais e políticos realizados na

universidade e demais espaços, atos públicos, incidência política e posicionamentos públicos coletivos.

Conforme já referido anteriormente, toda a metodologia da proposta Emancipa se faz inspirada princípios freireanos e desta forma, trabalha com uma concepção abrangente de educação, que além das atividades em classes, inclui uma série de ações e processos de aprendizagem e participação,

À diferença dos cursinhos privados ou comerciais, o Emancipa é uma aposta num processo de educação das classes trabalhadoras, negras, periféricas e demais grupos excluídos. Uma prática de educação popular, que aposta, como princípio, num posicionamento político ou, como nos ensina Paulo Freire, na educação como ato político, como forma intencional de intervir no mundo, produzir transformações e enfrentar opressões. Para isso, necessariamente, é necessário ir além dos “conteúdos escolares ou da matriz do ENEM”, mas buscar a formação do ser, dos sujeitos comprometidos com as causas de seu tempo, insatisfeitos, curiosos, sonhadores/as, esperançosos/as, transformadores/as, lembrando, novamente, as lições do mestre.

Essa dimensão política da educação está, então, presente em todas as estratégias e princípios de organização da proposta, desde a seleção e formação de educadores/as, até a organização dos programas, das aulas, debates, documentos e posicionamento públicos, em todas as ações, a proposta assume que não há e não pode haver neutralidade no processo educativo, já que esta, por natureza, precisa assumir um compromisso ético-político com os oprimidos, com o enfrentamento das opressões e deste projeto de poder capitalista, colonial, excludente. Um projeto político de emancipação, de elevação cultural, de educação para a liberdade, enfim.

Por isso, para a Rede, as rodas de diálogo, as formações nas periferias, cada sala de aula se tornam espaços de refazer o sentido da educação, em sentido pleno, de integrar-se aos domínios da cultura de cada território e contexto, da vida cotidiana, dos problemas que enfrentam e das condições concretas em que vivem, lembrando com Paulo Freire (1970/1986) que não existem sujeitos no vazio e que, por isso, as salas de aula “precisam ser espaços cotidianos de “impregnar de sentido cada momento educativo” (FREIRE, 1970/1986), espaço

de aprender que educação é direito, mas de aprender também o sentido da luta por direito como tarefa coletiva, bem ao contrário dos cursinhos comerciais que pregam mérito, individualidade e competição.

Este é o modo de ser da educação popular, é o modo de ser do movimento Emancipa de Educação Popular, como grande movimento de Luta pelo direito à educação, de formação de organização, luta e consciência coletiva, que vai pra além da conquista individual de uma vaga na universidade, embora isso seja muito importante.

Estratégias de educação e formação política de juventudes: alguns significados e lições aprendidos.

Esta seção pretende compreender as percepções dos/as jovens sobre o trabalho da Rede e os significados que identificam em suas vidas. Busca-se compreender os processos de organização de ações coletivas de/com/para jovens como uma expressão das formas pelas quais, no cenário atual, as novas gerações constroem propostas e alternativas de incidir na cena pública, mostrando as possibilidades de educação entre pares e construção e adesão a valores coletivos de luta por direitos, configurando as ações da Rede Emancipa como uma proposta de participação e formação política de juventudes.

O debate sobre a participação juvenil tem merecido diversos estudos nas últimas décadas no Brasil (SPÓSITO, 2000; BAQUERO; HAMMES, 2006; CARRANO, 2006; 2012; DAYRELL, 2003; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; RISUENHO, 2006; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Tais estudos identificam a relevância do tema e também e também o reconhecimento e defesa do potencial destes sujeitos para propor mudanças sociais necessárias, como sujeitos ativos, protagonistas e interlocutores legítimos na defesa e disputa por direitos.

A literatura também revela diferenças na ou da participação da juventude em diferentes contextos históricos (DAYRELL; CARRANO, 2003; IBASE; PÓLIS, 2006; RISUENHO, 2006; 2006b; SPÓSITO, 2000), com alguns momentos revelando mais baixa participação, maior ou menor interesse por alguns formatos ou espaços e há estudos também que afirmam a necessidade de se compreender os novos formatos, propostas ou experiências de participação

de jovens; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018; DAYRELL, 2003; CARRANO, 2003, 2012; SPÓSITO E CARRANO, 2003; GOHN, 2013). O principal ponto de convergência é, entretanto, a defesa da participação juvenil como geradoras de novas experiências de aprendizagem e construção de valores coletivos, de formas novas de viver a juventude em diferentes territórios, com um papel importante para a defesa de direitos e a democracia, reafirmando assim, o grande papel educativo das ações coletivas das juventudes.

Na esteira dos autores e autoras citados, é possível identificar processos e agentes coeducação e autoformação nas ações da Rede Emancipa. Tais processos de formação são expressos nas percepções dos/as jovens que reconhecem que aprendem e se transformam por meio das estratégias diversas que vivenciam nas ações da Rede Emancipa.

Um primeiro aspecto importante e bastante referenciado diz respeito à experimentação de relações mais simétricas com os/as professores/as: “se tornam nossos amigos” se preocupam com a gente”; querem que a gente aprenda”; o que tem implicação importante na autoestima e na motivação em estar na turma, continuar, querer aprender. A organização interna dessa iniciativa, bem como a energia de seus professores e coordenadores, também é frequentemente elogiada entre os/as estudantes e egressos do Emancipa.

A identificação de mudança pessoal é outra unanimidade dentre os/as jovens, numa lista que inclui: mudança na capacidade de compreender a realidade e perceber as coisas e entender as relações entre fatos e fenômenos sociais. Há ainda referências às mudanças na sociabilidade, na construção de uma rede nova de amizades, que se prolongam para além do cursinho, para o lazer, passeios, participação, engajamento político em coletivos.

Ressalta-se a importância de ter suas opiniões consideradas, fazer parte da gestão e organização das ações, que são sempre decididas coletivamente. A percepção de “empoderamento” também é outro ganho relevante: “mudei meu comportamento, me empoderei, passei a compreender mais meu papel na sociedade”, numa percepção de que a experiência coletiva de aprendizagem tem um papel decisivo nos processos de afirmação identitária e reconhecimento de um outro lugar social para as juventudes negras e periféricas. Esse reconhecimento de um papel social, também parece implicar em mudanças comportamentais, com os/as jovens afirmando a melhora na autoestima, tornar-se menos tímidos/as, aprender a falar em público etc. “O Emancipa mudou minha vida”, o Emancipa

muda vidas”, esta é uma frase continuamente repetida pelos/as estudantes e egressos das turmas.

Muito importante ainda é ressaltar os relatos de mudanças de percepções relacionados a quebra de preconceitos e mudanças de mentalidades, o que representam ganhos coletivos ou construção de consciência coletiva, preocupação com o outro, ou percepção da importância da luta coletiva por direitos. É digno de nota a perspectiva de relacionar conquistas individuais (por exemplo, ser aprovado numa universidade) e a compreensão de que esta é também uma conquista de toda uma sociedade,

Isso nos permite confirmar o processo de aprendizagem coletiva como uma grande experiência de convivência, crescimento e aprendizado da participação e da conquista de um papel na sociedade. A formação política e a sensibilização da sociedade para as causas ou questões sociais são as principais referências, o que reafirma a importância da juventude em participar da cena pública, vendo-a como uma forma de transformar a sociedade.

Cabe por fim e enfatizar um importante significado coletivo identificado que, obviamente, não é mérito apenas das ações da Rede Emancipa, mas que se junta aos impactos das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior adotadas nos últimos anos, mas que se presentifica por dentro das atividades da Rede. Tratam-se das profundas mudanças subjetivas provocadas nas populações pretas e pobres das periferias que são as mudanças nas expectativas destes grupos quanto às possibilidades de acesso à universidade.

É evidente ampliação das expectativas de estudantes do ensino médio e mesmo daquela população de mais idade que passa a sonhar com a universidade. Os depoimentos de centenas de jovens com quem trabalhamos demonstram isso. Pesquisas nos anos de 2010, via-se que poucos pensavam na universidade, e mesmo assim, pela via do PROUNI, enquanto a maioria pretendia “acabar” os estudos e trabalhar. Atualmente se percebe turmas inteiras apostando nas cotas para disputar uma vaga na universidade. Pode-se referir que há uma maravilhosa transformação subjetiva, com sujeitos, famílias e comunidades inteiras que passam a reconhecer que a universidade é seu lugar também.

Sobre isso, um depoimento de uma jovem, hoje egressa do Emancipa é emblemático e emocionante “eu vivo na UFPA desde criança, porque minha mãe vende lanche aqui. Mas só quando eu participei do Emancipa é que comecei a perceber que eu poderia estar aqui de outra forma, como aluna e não apenas como a filha da mulher que vende lanche”.

Pode-se afirmar que a perspectiva concreta das cotas aliada às estratégias coletivas, o acesso às informações e capital cultural providos pela inserção no programa jogam relevante papel nessa mudança de expectativa sobre o acesso ao ensino superior. Pense-se que para isso também contribui a participação em uma diversidade de atividades dentro da própria universidade, com o significado simbólico de aproximação e ocupação do território, viver, se aproximar da universidade; perceber como sendo um espaço também seu, onde tem direito de estar.

A isto se junta ainda, a compreensão sobre as desigualdades sociais e no acesso à educação, passando a reconhecer as desigualdades que permeiam os processos seletivos e o ENEM, o que aumenta a consciência de que se trata de uma luta coletiva por direito à educação, e a obrigatoriedade do Estado em assumir esse papel.

Considerações finais

O presente artigo discutiu o processo educativo da Rede Emancipa como um processo de educação popular em direitos humanos que luta pela democratização do acesso ao ensino superior e ao mesmo tempo, constrói uma educação emancipadora de jovens e com jovens.

Trata-se da aposta num processo de trabalho de/com classes populares e os grupos subalternizados, construindo alternativas de reconstrução de seus saberes e fortalecimento de seus instrumentos de organização e de luta contra opressões. O ponto de partida é o reconhecimento da educação como direito o que remete às tensões e disputa por direitos e aponta para pensar a relação entre direito e democracia. Pensa-se também na importância de compreender que toda garantia de direitos se dá com a luta por direitos o que envolve a necessidade da participação e envolvimento coletivo. Daí que o Emancipa assume uma concepção de educação como ato político, aos moldes dos ensinamentos de Paulo Freire, seu grande inspirador e referência.

Desta forma, mais do que oferecer um cursinho para ingresso na universidade, as ações da Rede assumem o compromisso ético e militante na formação de sujeitos coletivos da resistência, de criar e fortalecer espaços de repolitização da vida, de compreensão, por parte das juventudes pobres, negras e periféricas das condições concretas de vida, entendendo-as como

marca das desigualdades, do racismo e não infortúnio. Para a Rede, as rodas de conversa, as formações nas periferias, os espaços do cursinho popular têm esse papel. São espaços cotidianos de “impregnar de sentido cada momento educativo (como diz Paulo Freire), espaços de aprender que educação é direito, mas de aprender também o sentido da luta por direito como tarefa coletiva, bem ao contrário dos cursinhos comerciais que pregam mérito, individualidade e competição.

Em 10 anos de existência, a Rede Emancipa Belém acumula exemplos desta capacidade e possibilidade de que esta proposta de educação tem transformado muitas vidas, acreditando também nesta capacidade de mudar a própria universidade, que precisa se transformar para acolher toda a diversidade de estudantes que antes não tinham acesso à universidade ou estavam em menor número.

Obviamente que estes resultados atingem uma parcela muito pequena das juventudes e as condições precárias de vida das populações das periferias são também grandes óbices à participação, o que tem implicado em grande número de evasão nas turmas, impondo limites aos sonhos e vontades das juventudes. Nossa intenção neste artigo, entretanto, não é contabilizar números de aprovados, mas pensar o processo em si e seus significados.

As relações e processos de sociabilidade que constroem entre eles/as no percurso e o que isso significa em termos da construção de novos padrões de mobilidade, oportunidades, acesso a cidade, bens culturais, leitura, eventos científicos e culturais, debates políticos, na circulação no ambiente universitário, nas redes de relações. O que significa então outras possibilidades de experimentação da juventude ou de uma outra cultura juvenil de participação (DAYRELL, 2007), composta por experiências, práticas e símbolos diversos demarcadora de uma condição juvenil na Amazônia, condição esta, muito ligada a processos de violação de direitos e a consequente, luta por direitos.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BAQUERO, R.; HAMMES, L. J. **Juventude, Grupos e Participação Social**. Ciências Sociais

em Perspectiva (5) 8 : 1º sem. 2006. (25 – 37).

CARRANO, P. **Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades.** Democracia Viva, n.30, p. 3-5, 2006.

CORROCHANO, M. C; DOWBOR, M.; JARDIM, F. (2018). **Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?.** Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.1, jan.-abr.

DAYRELL, J. (2003), **“O jovem como sujeito social”.** Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez., Nº 24, pp 40-52.

DAYRELL, J. (2007), **“A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”.** Educ. Soc. [online], vol.28, n.100, pp.1105-1128.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. **“Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo”.** 2003. Observatório Jovem.

EMANCIPA. **Projeto de extensão.** Instituto de Ciências da educação. UFPA. 2021

EMANCIPA. **Relatório de Projeto de extensão.** Instituto de Ciências da educação. UFPA. 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970/1986.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

GOHN, M. G. (2011), **“Movimentos sociais na contemporaneidade”.** Revista Brasileira de Educação, v. 16 n. 47 maio-ago. pp. 333-512.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas [IBASE]; Instituto PÓLIS. (2006), **Juventude Brasileira e Democracia: participação em esferas e políticas públicas.** Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro, Ibase.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE. (2010), **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. IBGE.

JARA, Oscar. **A Educação Popular Latino-Americana História e Fundamentos Éticos, Políticos e Pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa/CEAAL/ ENFOC, 2020.

MINAYO, e BOGHOSSIAN, C. O. **Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009

SPOSITO, M. T. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação, n.13, p.73-94, 2000.

SPÓSITO, M; CARRANO, P. 2003 - **Juventude e políticas públicas no Brasil; Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003. No 24.

Submissão em: 05-11-2021

Aceito em: 04-01-2022